

ANEXO II

CARTA DE CREDENCIAMENTO

REFERÊNCIA: CREDENCIAMENTO Nº 001/2020 - SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A.

1. Nome do Leiloeiro: **Fábio Marlon Machado**
2. CPF Nº: **066.868.919-67**
3. Nº de matrícula da Junta Comercial do Estado: **JUCESC – AARC nº370**
4. Endereço: **Avenida Euclides da Cunha, 389 – Apto 204 – Centro – Maravilha/SC CEP: 89874-000**
5. Telefone: **(49) 3198-1350 / (49) 9 9804-9974** E-mail: **fabio@machadoleiloeiro.com.br**

Fábio Marlon Machado, AARC nº 370, Na condição de leiloeiro público matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, conforme acima qualificado, viemos solicitar credenciamento para realizarmos os leilões públicos que se fizerem necessários para a SCPAR Porto de Imbituba S.A. alienar, em conformidade com o que prescreve a Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da SCPAR Porto de Imbituba S.A. e demais disposições aplicáveis, bens patrimoniais móveis e materiais inservíveis de propriedade da SCPAR Porto de Imbituba, considerados obsoletos, sucateados, irrecuperáveis, inservíveis, ociosos e/ou de recuperação antieconômica.

Para tanto, **apresentamos junto a esta Carta de Credenciamento**, Certidão de regularidade para atuar como Leiloeiro Oficial emitida pela JUCESC, com data de expedição inferior a 30 dias da data da sessão, de acordo com art. 2º da IN DNRC nº113; cópia da carteira de identidade, CPF, e demais documentos exigidos para habilitação, conforme Item 4 do Edital de Credenciamento nº 001/2020.

Também apresentamos os seguintes meios, os quais nos comprometemos a mantê-los atualizados, para a SCPAR Porto de Imbituba S.A. nos transmitir comunicações decorrentes deste processo de credenciamento, inclusive para nos convocar para o sorteio que definirá a ordem de classificação dos leiloeiros habilitados a realizar as alienações caso necessário:

- a) E-mail: **fabio@machadoleiloeiro.com.br**
- b) Tel: **(49) 3198-1350 / (49) 9 9804-9974**

Neste ensejo, declaramos, sob as penas da lei que:

a) tomamos conhecimento da íntegra do Edital de Credenciamento nº 001/2020 e seus anexos, concordamos plenamente com seus termos e atendemos a todas as condições e exigências nele contidas.

b) inexistem fato(s) que impeçam nossa habilitação e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências que venham a se verificar posteriormente, caso firmemos contrato com a SCPAR Porto de Imbituba S.A.

Maravilha, 29 de Janeiro de 2021.

Fábio Marlon Machado
Leiloeiro Público Oficial – AARC n. 370
CPF: 066.868.919-67

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE, DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTOS À CONTRATAÇÃO, DE AUTENTICIDADE DE INFORMAÇÕES E DOCUMENTOS E DE POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO.

Fábio Marlon Machado, ora denominado Licitante, inscrito no CPF nº: 066.868.919-67, portador(a) da Carteira de Identidade nº 5.069.383 **DECLARA QUE:**

- 1) Para efeitos do atendimento às normas legais e editalícias, que atende plenamente as condições de habilitação estabelecidas neste edital.
- 2) Comprometer-se a não divulgar ou transferir a terceiros, sob qualquer pretexto, bem como manter em absoluta confidencialidade, as informações e outros dados técnicos confidenciais, que a SCPAR Porto de Imbituba S.A. transmitir a nossa equipe técnica, prepostos ou empregados, desde que necessárias para execução dos trabalhos objeto deste edital, tomando para isso as providências cabíveis para a proteção das informações e dados técnicos confidenciais recebidos.
- 3) Que inexistem impedimentos à contratação, nos termos do artigo 38 da Lei nº 13.303, de 2016 e da Lei Estadual nº 16.493/14, não estando suspensa de participar de licitações e declarando não haver nada que a impeça de contratar com a Administração Pública.
- 4) Para os devidos fins de direito, sob as penas da lei, que as informações prestadas e documentos que apresento para participar deste procedimento Licitatório, por mim entregues, são verdadeiros e autênticos (fies a verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época). Fico ciente através desse documento declaratório que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, passível de apuração na forma da Lei bem como pode ser enquadrada como litigância de Má Fé.
- 5) Que têm conhecimento das normas previstas na legislação dentre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- 6) Que se compromete em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- 7) Que se compromete em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- 8) Que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa CGE/SEA nº 01/2020 (Publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 02/04/2020 - Edição nº 21.236), além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas

Maravilha, 29 de Janeiro de 2021.

Fábio Marlon Machado
Leiloeiro Público Oficial – AARC n. 370
CPF: 066.868.919-67